

ATIVIDADES DO ECOTURISMO QUE PODERIAM SER IMPLANTADAS NA ZONA DE TURISMO ECOLÓGICO DA APA DE PIAÇABUÇU EM ALAGOAS

Fábio Zacarias Santos¹
Carla Pereira de Abreu²

RESUMO

Este artigo tem o principal intuito identificar quais atividades podem ser desenvolvidas na Zona de Turismo Ecológico da APA de Piaçabuçu e levantar quais atividades do ecoturismo poderiam ser implantadas na mesma de acordo com seus atrativos naturais e a norma do Plano de Manejo da APA. Desta forma, busca-se contribuir na preservação do espaço natural e social da APA de Piaçabuçu e na diminuição dos impactos já causados. O presente artigo tem como base de desenvolvimento o ecoturismo e suas atividades. O ecoturismo teve origem no século XVIII e é uma atividade que preocupa-se com as questões ambientais que começaram a se intensificar nas décadas de 1960 e 1980. Para se alcançar os objetivos, foi utilizada a pesquisa qualitativa, visando captar as diversas formas de compreensão do processo; Por fim, este artigo foi produto de uma pesquisa bibliográfica sobre ecoturismo, turismo sustentável e área de proteção ambiental (APA). Também foi utilizada a pesquisa de campo de base exploratória para melhor identificação de atividades com possibilidades de serem implantadas de acordo com o plano de manejo desenvolvido para a APA de Piaçabuçu.

Palavras-chave: Ecoturismo; APA de Piaçabuçu; Atividades.

ECOTOURISM ACTIVITIES THAT COULD BE IMPLEMENTED IN THE ECO-PIAÇABUÇU OF APA TOURISM AREA IN ALAGOAS.

ABSTRACT

This article has the main purpose to identify which activities can be developed in the Ecological Tourism Zone EPA Piaçabuçu and point out which ecotourism activities could be implemented according to its natural attractions and the regulation of EPA Management Plan. In this way, we seek to contribute to the preservation of the natural and social space EPA Piaçabuçu and mitigation of impacts already caused. This article is based on ecotourism and its activities. Ecotourism originated in the eighteenth century and is an activity that is concerned with the environmental issues that began to intensify in the 1960s and 1980s. To achieve the objectives, the qualitative research had been used in order to capture the different ways of understanding of the process; finally, this article was the product of a literature search on ecotourism, sustainable tourism and environmental protection area (EPA). Also was used the exploratory basis of field research to better identify activities with the potential to be implemented according to the plan management developed for the EPA Piaçabuçu.

Keywords: Ecotourism. EPA Piaçabuçu. Activities.

JEL: Z32

¹ Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal de Alagoas.

² Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal de Alagoas.



1 INTRODUÇÃO

A APA³ de Piaçabuçu recebe este nome por estar localizada no município de Piaçabuçu, no estado de Alagoas. Esta região é cortada pelo Rio São Francisco, e é onde se encontra sua foz. Durante anos a atividade turística tem ocorrido no local sem o devido controle ou fiscalização.

Tendo em vista a importância da preservação ambiental, este projeto procurou identificar quais atividades do ecoturismo poderiam ser implantadas na Zona de Turismo Ecológico da APA de Piaçabuçu, levando em consideração seus atrativos naturais e a legislação descrita em seu plano de manejo. O ecoturismo consiste em atividades desenvolvidas em ambientes naturais, intactos ou com pouca intervenção humana. Em atividades do ecoturismo, o homem procura conhecer o meio ambiente em sua forma de vida original, respeitando-o e procurando conservá-lo e todas as suas biodiversidades. Inicialmente foi feita a identificação das atividades do ecoturismo, observando os atrativos naturais da região que pudessem ser utilizados para a implantação de novas atividades do ecoturismo na área, identificando o interesse dos turistas por atividades relacionadas ao ecoturismo na localidade.

O seguinte trabalho está organizado em tópicos sendo o primeiro uma breve contextualização histórica do assunto “turismo sustentável”. A seguir, explicita-se a diferença entre ecoturismo e turismo sustentável e inicia-se a discussão bibliográfica sobre o ecoturismo e suas definições. Em seguida, há uma contextualização sobre a APA de Piaçabuçu e o que é permitido ou não segundo seu plano de manejo. Por fim, segue como foi feita a pesquisa, seu resultado e a conclusão a que o trabalho chegou.

2 ECOTURISMO NA HISTÓRIA

Originada no século XVIII, a Revolução Industrial foi um grande marco histórico que caracteriza a evolução do homem. Entretanto, foi também o início da degradação ambiental. Com a evolução de máquinas e um aumento exorbitante da produção, cresceram também os detritos, a extração em larga escala de recursos naturais e nenhum cuidado com o meio ambiente.

³ Área de Proteção Ambiental

A preocupação com as questões ambientais apenas começaram a surgir a partir da década de 1960, se intensificando na década de 1970; quando a importância da atenção a questões relacionadas ao meio ambiente difundiu-se e entrou em voga ao redor do mundo. Nesta década, começaram as discussões sobre o assunto em diversos setores como o econômico, o político e o social. Foi, então, que o setor de turismo começou a se interessar pelo assunto.

Em 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a primeira conferência mundial (CANDIOTTO, [2013]) para tratar sobre o homem e o meio ambiente, a qual se caracterizou como um marco para história ambiental.

O ecoturismo foi difundido em 1980 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007), como uma alternativa ao turismo já existente (turismo de massa). Pelo fato de o espaço turístico habitual ter tido sua infraestrutura natural saturada, a ponto de degradar o meio ambiente em um curto espaço de tempo, os turistas buscaram uma nova forma de turismo, um turismo alternativo denominado ecoturismo.

No final das duas décadas do século XX, o Ecoturismo foi visto como um seguimento de mercado que poderia possibilitar benefícios positivos na busca do equilíbrio natural e social. A partir da conferência mundial das Nações Unidas sobre o meio ambiente, na cidade do Rio de Janeiro em 1992, esses benefícios foram motivados pelo conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, iniciando o interesse por este segmento no Brasil.

3 ECOTURISMO VERSUS TURISMO SUSTENTÁVEL

O conceito de sustentabilidade é muito utilizado nas discussões que perpassam o turismo nos dias de hoje. Porém há diferença entre Turismo Sustentável e Ecoturismo.

Para melhor entendimento, observamos o termo “sustentabilidade”. No inglês *sustainability*, é a composição por justaposição das palavras *sustain* (sustentar) + *ability* (habilidade), sendo assim a habilidade de sustentar. Na Ciência Ambiental significa “a qualidade de não ser prejudicial ao meio ambiente ou esgotar os recursos naturais, e apoiando, assim, o equilíbrio ecológico em longo prazo”⁴.

Para que possa haver um Turismo Sustentável, o turismo deve ser “ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como

⁴ Traduzido pelo autor. Mais no site: <http://dictionary.reference.com/browse/sustainability?s=t>

ética e socialmente eqüitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas”⁵.

Silveira (2001, apud CANDIOTTO [2013] p.51) acredita que “o turismo sustentável é aquele que deve atender as necessidades dos turistas e das populações locais no presente, sem por em risco a capacidade das gerações futuras de atender as suas necessidades. Ele deve ter como principais objetivos a sustentabilidade ecológica, a equidade social e a eficácia econômica”.

O Turismo Sustentável é um princípio que se busca em todas as áreas do turismo, e nelas pode ser aplicado. Enquanto o Ecoturismo é um segmento que tem como base a aplicação dos princípios de Turismo Sustentável (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010), ambos visando à sustentabilidade no meio em que atua o turismo.

3.1 Entendendo o ecoturismo

A definição de ecoturismo vem sido discutida por diversos estudiosos da área. Em uma visão simplista que observa a motivação do turista, Swarbrooke (2000, p.55), acredita que “‘ecoturismo’ significa simplesmente que a principal motivação para a viagem é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural, sua vida selvagem assim como sua população local”.

Wight (1993 *apud* SWARBROOKE 2000) caracteriza nove princípios que fundamentam o ecoturismo sustentável. São eles: 1) o desenvolvimento de maneira completamente ambiental, sem degradar os recursos; 2) propiciar experiências esclarecedoras e participativas; 3) abranger educação entre todas as partes (comunidade, governo, organizações, indústria e turista) antes, durante e depois da viagem; 4) fomentar uma valorização inerente, por parte de todos os envolvidos, dos recursos naturais e culturais; 5) incitar a aceitação da limitação dos recursos e pressupor uma administração voltada para o abastecimento; 6) promover compreensão, participação e parcerias entre os envolvidos, antes e durante as operações; 7) incentivar responsabilidades juntamente com um comportamento ético e moral em relação aos ambientes cultural e natural, por parte de todos; 8) resultar, a longo prazo, benefícios – social ou econômico – para os recursos culturais e naturais, para a comunidade e para as indústrias da localidade; 9) assegurar que

⁵ Conceito de Turismo Sustentável da Organização Mundial do Turismo - OMT, 1995.

haja a aplicabilidade, em todas as áreas de operação do ecoturismo, da ética inerente às práticas ambientais responsáveis.

Já em uma visão mercadológica, identificando o ecoturismo como segmento de mercado, ou seja, um tipo de turismo a ser vendido, o Ministério do Turismo (2010, p.17) tem como definição que

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

O ecoturismo como segmento de mercado engloba não só as atividades exercidas pelo turista dentro da perspectiva do ecoturismo, mas também de toda uma rede turística que visa trabalhar nesta mesma perspectiva: a de sustentabilidade. Portanto, os serviços da rede hoteleira, guiamento, entretenimento, alimentação, transporte, dentre outros, também tem seu funcionamento ligado diretamente a essa perspectiva ambiental; buscando métodos, técnicas e materiais ecologicamente aplicáveis.

O Ministério do Turismo (2010) caracteriza as atividades do segmento ecoturismo tais quais: 1) observação de fauna (aves, mamíferos, cetáceos, insetos, répteis e anfíbios e peixes); 2) observação de flora; 3) observação de formações geológicas; 4) espeleoturismo⁶; 5) observação astronômica; 6) mergulho livre; 7) caminhadas; 8) trilhas interpretativas; e 9) safáris fotográficos.

Outros autores identificam ainda algumas outras atividades que, sendo feitas de forma ecológica e segundo seus princípios, se adequam ao ecoturismo como: cavalgada, surf, boia-cross, *kayaking*, dentre outras. O que realmente importa para esses autores é que as atividades sejam feitas ecologicamente visando à sustentabilidade. Por isso, acredita-se que as atividades do turismo de aventura se caracterizam também ecoturismo, se forem praticadas de acordo com a filosofia do ecoturismo.

⁶ Visita a cavernas.

4 APA DE PIAÇABUÇU

A Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu é uma Unidade de Conservação localizada no município de Piaçabuçu, no estado de Alagoas. A APA foi criada pelo Decreto n.º 88.421, de 21 de junho de 1983 e possui uma superfície de 8.751,9752 ha.

Seu bioma é marinho e costeiro e dentre seus ecossistemas encontram-se restingas, dunas e mangues.⁷ O gerenciamento desta é feito pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2010).

Pelo fato de o Rio São Francisco ser o maior rio em extensão do Brasil com 2.700km segundo a ANA – Agência Nacional de Águas⁸ –, recebe grande fluxo de turistas de todo o mundo. Para a região,

Uma atividade ocorrente, com grande potencial de contribuição para a conservação da APA é o turismo, que é freqüente e contínuo, em especial, na região da foz do Rio São Francisco, com o cunho ambiental e paisagístico. No entanto, a atividade, ainda carente de normatização e regulamentação, tem características de turismo desordenado, promovendo degradação ambiental e gerando conflitos pela ocupação do espaço e seus usos. (ICMBio, 2010, p. xv)

Há de se observar que

[...] as APA são constituídas por mosaicos de terras públicas e privadas, onde podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização das terras, respeitando os limites legais. As condições de pesquisa e visitação pública, por exemplo, são atividades que dependem de total anuência do proprietário, quando se tratar de terras particulares, e da anuência do órgão gestor da APA, quando em terras públicas. A legislação ambiental vigente deverá ser sempre observada, para todos os casos, independente do tipo de propriedade. (ICMBio, 2010, p.1-17)

Portanto, fica clara a importância da revisão do Plano de Manejo da APA de Piaçabuçu para que as atividades possivelmente implantadas estejam de acordo com as legislações.

No Plano de Manejo da APA de Piaçabuçu (2010) encontram-se os objetivos específicos de Manejo da Unidade de Conservação. Dentre eles, temos cinco fundamentos que sustentam a implantação de atividades do ecoturismo de modo a contribuir para a área. São eles: “Contribuir para o conhecimento do uso dos recursos naturais para o desenvolvimento sustentável da região; proporcionar a

⁷ Informações do Plano de Manejo da APA de Piaçabuçu.

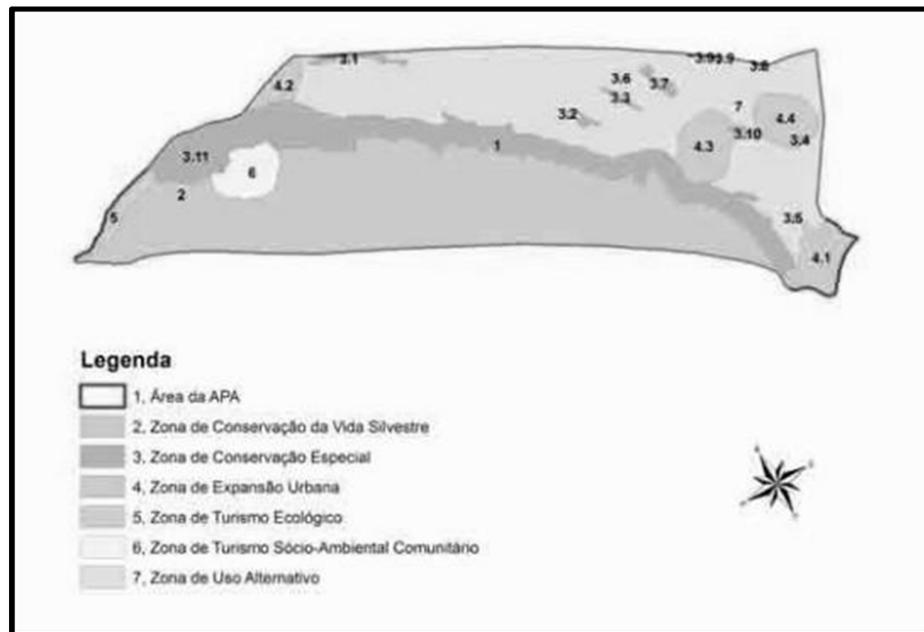
⁸ Mais informações em <http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/SaoFrancisco.aspx>

implantação de manejo sustentável dos recursos naturais da área do entorno; [...]; incentivar a implantação de programa de educação ambiental formal e informal; apoiar a implantação de programas de geração de renda, especialmente nas áreas do turismo e eco-turismo e tecnologias sustentáveis [...]; valorizar o conhecimento das comunidades locais, difundindo-o em ações de educação e sensibilização ambiental.”. Observando esses termos, pode-se perceber que os princípios que o ecoturismo segue se encaixam nos objetivos de manejo da região indicada.

4.1. Partilha em Zonas

O Plano de Manejo divide a APA em zonas, nas quais são aplicadas diferentes regras. São elas: Zona de Conservação de Vida Silvestre, Zona de Conservação Especial, Zona de Expansão Urbana, Zona de Turismo Ecológico, Zona de Turismo Sócio-Ambiental Comunitário e Zona de Uso Alternativo – como podemos observar na figura a baixo.

Figura 1 - Representação das zonas e seus segmentos na APA de Piaçabuçu

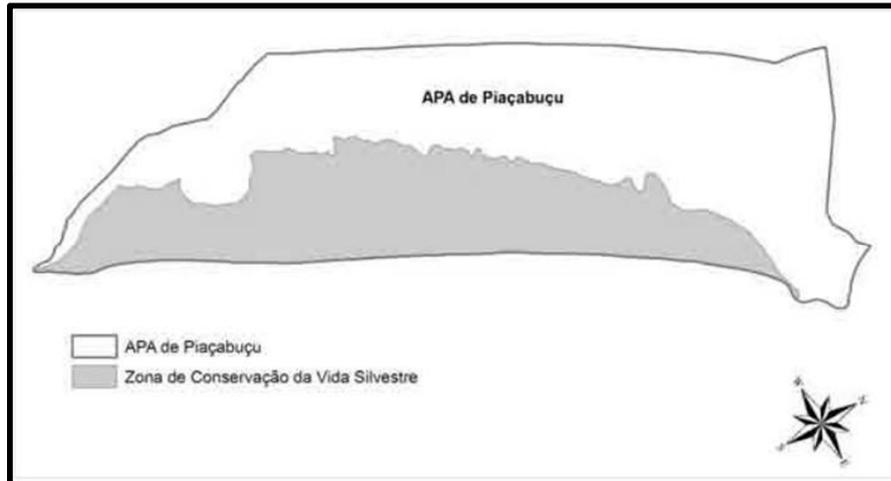


Fonte: ICMBIO (2010)

Aparecem duas áreas caracterizadas “Zona de Turismo Ecológico” (com 1% da área destinada) e “Zona de Turismo Sócio-Ambiental Comunitário” (com 2% da área destinada), às quais é claramente permitido certo tipo de turismo. Entretanto, as outras áreas também os permitem, sendo que em cada uma delas são

concedidas atividades distintas, de acordo com a zona; como determinam as Normas Gerais.

Figura 2 – Localização da Zona de Conservação da Vida Silvestre da APA de Piaçabuçu



Fonte: ICMBIO (2010)

Na Zona de Conservação da Vida Silvestre, fica proibido:

Criação de animais; Instalação de empreendimentos hoteleiros; Exploração mineral; Construções ou edificações de qualquer natureza; Atividades noturnas em que, necessariamente, são utilizados focos de luzes, lampião, holofotes, fogueiras, faróis, fogo ou qualquer outro tipo de iluminação de longo alcance; Gincana de pesca; e Pesca esportiva. (ICMBio, 2010, p. 3-24)

Ficam sendo de uso restrito as seguintes atividades: “Trânsito de veículos motorizados somente para aqueles credenciados ou com autorização, acompanhados de guias locais; e Pesca desembarcada de arremesso (arrasto, por exemplo), apenas para nativos, para subsistência”. (ICMBio, 2010, p. 3-24)

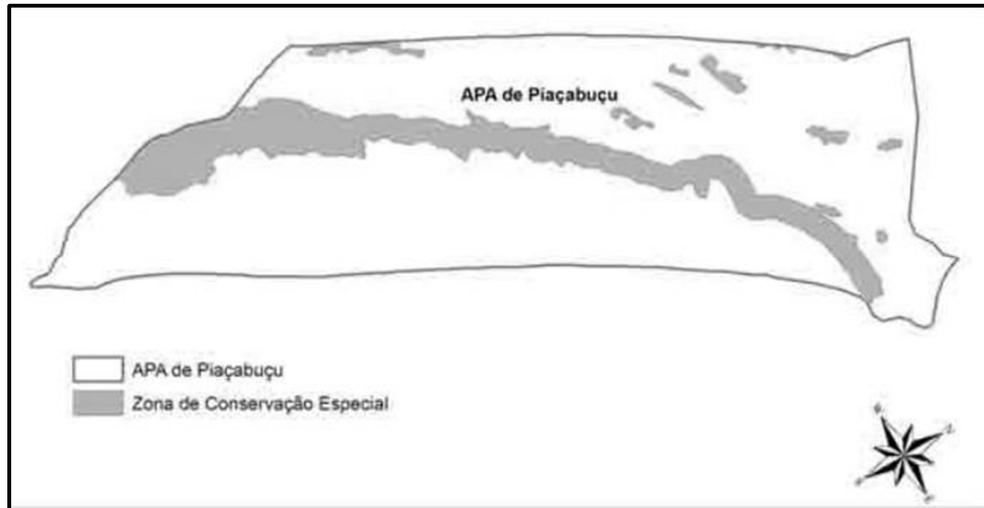
E é permitido:

Trânsito de veículos motorizados de pessoas da comunidade; O lançamento de rede à deriva com malha de acordo com a legislação SEAP/Ibama; Pesca de linha para subsistência, desde que devidamente autorizado (com carterinha); Educação ambiental; Pesquisa; Caminhadas; Banho; Surf, caiaque, etc; Trilhas interpretativas; e Veículos motorizados para pesquisa, e fiscalização e atividades licenciadas. (ICMBio, 2010, p. 3-24)

Na Zona de Conservação Especial fica proibido:

Implementação de novas culturas; Extração de madeira ou produção de carvão; Desmatamento; Turismo de massa; Empreendimentos hoteleiros; Exploração mineral; Coleta de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas extinção; Construções ou ampliações; e Novas edificações. (ICMBio, 2010, p. 3-26)

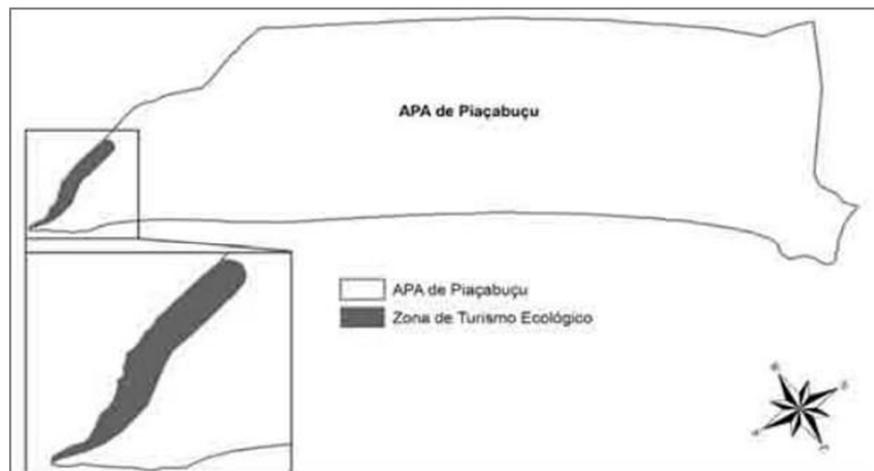
Figura 3 – Localização da Zona de Conservação Especial da APA de Piaçabuçu



Fonte: ICMBIO (2010)

E fica permitido: “Pesca de subsistência; Agricultura e pecuária de subsistência e pequeno comércio; Trilhas Interpretativas; Educação Ambiental; Extração de frutas nativas; Pesquisas; e Manutenção das monoculturas já existentes”. (ICMBio, 2010, p. 3-26)

Figura 4 – Localização da Zona de Turismo Ecológico da APA de Piaçabuçu



Fonte: ICMBIO (2010)

Na Zona de Turismo Ecológico fica proibido:

Construções; Turismo de massa; Veículos motorizados; Atividades noturnas; Acampamentos, tendas ou estruturas similares; Som (buzinas, barulhos ou ruídos); Fogueiras, lampião, churrasqueiras, ou similares; Surfe em dunas; Animais domésticos (cavalo, cães, entre outros); e Toda e qualquer pesca, mesmo com vara ou com qualquer tipo rede, tarrafas, no estuário e na lagoa marginal. (ICMBio, 2010, p. 3-29)

Ficam sendo de uso restrito as seguintes atividades: “Turismo controlado; e Instalações móveis para comércio. (...) Fica permitido: Contemplação; Caminhadas; Educação ambiental; e Banho”. (ICMBio, 2010, p. 3-29)

Figura 5 - Localização da Zona de Turismo Socioambiental Comunitário da APA de Piaçabuçu



Fonte: ICMBIO (2010)

Na Zona de Turismo Socioambiental Comunitário, fica proibido: “Veículos motorizados; Empreendimentos hoteleiros; Captura de animais silvestres; Turismo de massa; Loteamentos; Venda das terras; Criação de gado bovino”. (ICMBio, 2010, p. 3-32)

Ficam sendo de uso restrito as seguintes atividades:

Veículos motorizados para fins de pesquisa; Construções para atendimento ao turista; Construção para produção; Camping; Pesca é permitida apenas para a comunidade Pixaim; Coletas de frutas silvestres, apenas para a comunidade Pixaim; Captura de crustáceos e peixes, apenas para a comunidade Pixaim; Reformas das instalações existentes para os nativos, nos mesmos padrões já existentes, sem uso de material de alvenaria; e Pecuária (caprino e ovino) e agricultura de subsistência. (ICMBio, 2010, p. 3-32)

São permitidos: “Trilhas Interpretativas; Educação ambiental; Turismo apenas de base comunitária; Pesquisas; Contemplação de aves; Poço de água potável (cacimbas); e Instalação de módulos sanitários de forma adequada para o local”. (ICMBio, 2010, p. 3-32)

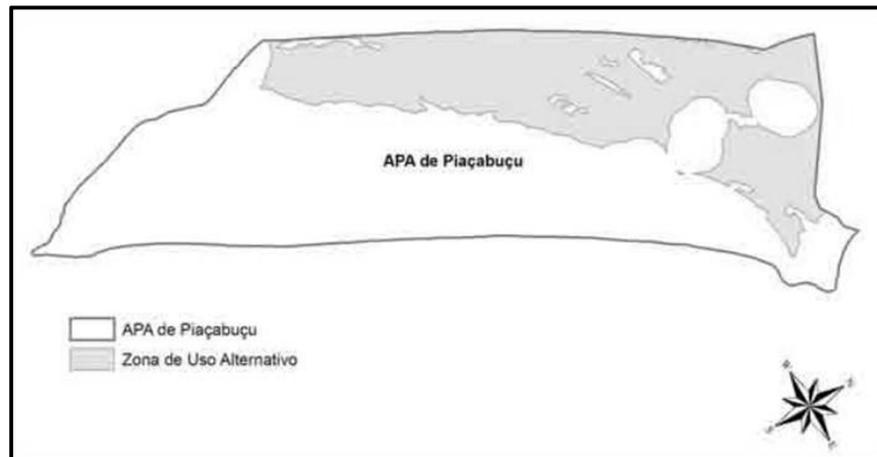
Na Zona de Uso Alternativo, fica proibido:

Desmatamento; Parcelamento do solo; Retirada de vegetação nativa para ampliação da monocultura do coco; Caça; Pescarias com rede de arrastão ou tarrafas nas lagoas ou alagados interiores; Carcinocultura; e Aquicultura com espécies exóticas (Bagre africano, tilápia, entre outros). (ICMBio, 2010, p. 3-35)

Ficam sendo de uso restrito as seguintes atividades: “Aquicultura, com espécies nativas; Coleta de lenha seca somente para uso doméstico; e Retirada de areia, desde que autorizado pela APA”. (ICMBio, 2010, p. 3-35)

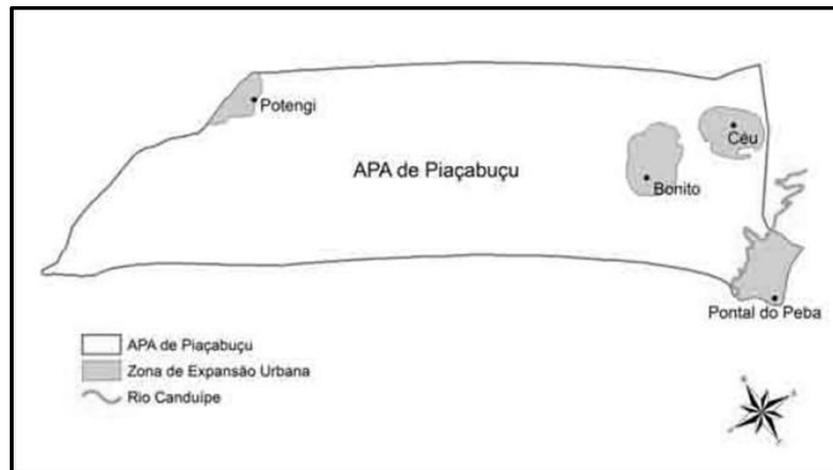
Fica permitido: “Ecoturismo; Pecuária; Agricultura; Apicultura; e Monocultura”. (ICMBio, 2010, p. 3-35)

Figura 6 – Localização da Zona de Uso Alternativo da APA de Piaçabuçu.



Fonte: ICMBIO (2010)

Figura 7 – Localização da Zona de Expansão Urbana da APA de Piaçabuçu



Fonte: ICMBIO (2010)

Na Zona de Expansão Urbana ficam definidas as seguintes normas:

- 1) Serão admitidas construções e edificações nesta zona. – As construções e edificações devem ter até no máximo dois pavimentos; Só poderão ser erguidas novas construções e edificações em locais com previsão de infraestrutura pública básica (pavimentação, saneamento, iluminação pública, entre outros) –;
- 2) Não será permitida a instalação de empreendimentos de grande porte, tais como: hotéis e pousadas com mais de 30 leitos;
- 3) A instalação de empreendimentos ou realização de atividades potencialmente poluidores demandam licenciamento ambiental, a ser realizado pelos órgãos ambientais do estado - A emissão de licença ambiental para esses empreendimentos e/ou atividades deverá contar com anuência da gerência da APA –;
- 4) A criação de animais como ovelhas, porcos e gado só será permitida desde os animais fiquem permanentemente confinados. ; e
- 5) Será admitido o uso de tapagens com arte e pesca. – As tapagens não poderão promover obstrução total da área. (ICMBio, 2010, p. 3-38)

Portanto, cada Zona deverá receber uma atenção diferenciada no modo de se trabalhar o turismo. As atividades do ecoturismo possivelmente implantadas deverão seguir as normas determinadas no Plano de Manejo, simultaneamente aproveitando as diversas características das diferentes regiões.

5 METODOLOGIA

Inicialmente foi feito um estudo dos conceitos já publicados sobre o ecoturismo e turismo sustentável, além de um estudo aprofundado do plano de manejo da APA de Piaçabuçu.

Posteriormente, foi feita uma pesquisa de campo objetivando ter maior contato com a temática estudada, possibilitando a interação entre as partes

envolvidas. Diante da especificidade do tema, por terem sido encontradas poucas referências sobre trabalhos desenvolvidos na APA, foi utilizada a investigação exploratória. A pesquisa exploratória objetiva segundo Lakatos e Marconi (2010), o desenvolvimento de hipóteses e uma aproximação do pesquisador com o fenômeno e ambiente estudado para o desenvolvimento de uma pesquisa mais precisa no futuro.

As técnicas de procedimento utilizadas para a coleta de dados foram a observação, que objetivou identificar características da região da APA e conhecer melhor seus atrativos naturais; e entrevista, realizada com alguns turistas em visita à Zona de Turismo Ecológico (Foz do Rio São Francisco), por não se tratar de uma amostra probabilística. A entrevista realizada com os turistas buscou as seguintes informações: o conhecimento destes sobre o fato da área visitada ser uma área de proteção ambiental; o conhecimento dos mesmos sobre ecoturismo; a busca do turismo sustentável em suas viagens; o interesse sobre a implantação de atividades do ecoturismo na localidade. Nesta etapa da pesquisa foram feitos, ainda, registros por fotografias e anotações de fenômenos relevantes para o desenvolver do trabalho.

A abordagem utilizada foi a qualitativa, visto que permite de forma mais completa captar as características do objeto da pesquisa, pois este não pode ser traduzido em números ou indicadores quantitativos. De acordo com Gonzáles Rey (2005) a pesquisa qualitativa não é definida pelo tipo de dados que são coletados, mas pelo processo de construção do conhecimento a respeito desses dados, pela interpretação que se terá das informações coletadas do objeto a ser pesquisado.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A pesquisa foi delimitada na Zona de Turismo Ecológico pelo fato de ser uma área onde já ocorre intensa atividade turística e por ser encontrada certa estrutura de comércio voltada exclusivamente para o turismo. Além do que, o Plano de Manejo da APA tem como objetivo para esta zona “garantir o desenvolvimento do turismo com base ecológica e contemplativa, protegendo os atributos naturais, com baixo impacto antrópico e oferecendo acesso ao público com facilidade e para fins educativos” (ICMBio, 2010, p. 3-28); o que vai ao encontro com o objetivo desta pesquisa, que é observar atividades do ecoturismo a serem possivelmente

implantadas na região. – visando um desenvolvimento sustentável.

A Zona de Turismo Ecológico caracteriza-se em uma “faixa de um banco de areia, com morfologia dinâmica, em constante alteração pela foz do Rio São Francisco. Possui ainda, uma lagoa e é desprovida de vegetação” (ICMBio, 2010, p. 3-28).

Figura 8 – Vista aérea Zona de Turismo Ecológico



Fonte: Google Maps

A figura acima demonstra a Foz do Rio São Francisco, onde se encontra a Zona de Turismo Ecológica que parte da divisão entre a vegetação e a área de dunas, beirando o rio; e vai até o encontro do rio com o mar. Extensão esta onde é explorado o turismo.

A área frequentada pela maioria dos turistas é próxima à lagoa. Neste local, há presença de comerciantes locais, os quais montam e desmontam sua estrutura de comércio todos os dias, de acordo com as normas do Plano de Manejo.

Figura 9 – Principal parada turística próxima à lagoa da Zona de Turismo Ecológico



Fonte: Elaboração própria

A imagem acima mostra o principal ponto de parada de embarcações de grande e pequeno porte para desembarque de turistas na APA, onde moradores da localidade realizam pequenas atividades comerciais de alimentos e artesanatos. Esse ponto localiza-se na Zona de Turismo Ecológico próximo a lagoa.

De acordo com as características naturais observadas na área, como variedade de fauna e flora, ambiente aquático e paisagem atrativa, pôde-se constatar que a Zona é propícia para atividades como:

1. Observação de fauna - atividade a qual “relaciona-se com o comportamento e habitats de determinados animais” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 29) e a atividade seria bem implantada devido à diversidade de fauna característica da região propícia para tal;
2. Observação de flora – esta atividade permite compreender a diversidade dos elementos da flora, sua forma de distribuição e as paisagens que compõem um bioma, devendo estar associada às possibilidades de interação com a fauna silvestre existente na localidade e região. Os usos tradicionais das comunidades locais sobre as plantas (usos medicinais, cosméticos, ornamentais) despertam muito interesse, podendo ampliar as experiências dos visitantes e promover o uso sustentável de elementos que integram as áreas visitadas. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 29)

E seria propícia pelo fato de haver grande diversidade de flora característica da região;

1. Mergulho livre – “mergulho no mar, rios, lagos ou cavernas com o uso de máscara, *snorkel* e nadadeiras, sem equipamentos autônomos para respiração” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 30), havendo oportunidade de que se possa observar a biodiversidade aquática da região;
2. Caminhadas – “Percurso a pé em itinerário predefinido” (MINISTÉRIO

DO TURISMO, 2010, p. 30) curtas visando à contemplação, principalmente por ser uma atividade simples de baixo impacto ambiental;

3. Trilhas interpretativas:

“Conjunto de vias e percursos com função vivencial, com a apresentação de conhecimentos ecológicos e socioambientais da localidade e região. Podem ser autoguiadas por meio de sinalização e mapas ou percorridas com acompanhamento de profissionais, como Guias de Turismo e Condutores Ambientais Locais”. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 30)

Esta atividade poderia ser implantada não apenas para turistas, mas também para a população local visando, principalmente, educação ambiental;

Canoagem (*kayaking*) – “Atividade praticada em canoas e caiaques, indistintamente, em mar, rios, lagos, águas calmas ou agitadas” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 19). No rio, esta atividade seria principalmente implantada com fim para a contemplação, pois a característica marcante são as águas calmas;

4. Flutuação (*snorkeling*) – “Atividade de flutuação em ambientes aquáticos, com o uso de máscara e *snorkel*, em que o praticante tem contato direto com a natureza, observando rochas, animais e plantas aquáticas. Usualmente utilizam-se coletes salvavidas” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 19). Esta atividade proporcionaria o turista ver parte da biodiversidade local sem muito esforço;

5. *Kitesurfe* – “Atividade que utiliza uma prancha fixada aos pés e uma pipa de tração com estrutura inflável, possibilitando deslizar sobre a superfície da água e, ao mesmo tempo, alçar voos executados sobre superfícies aquáticas, com ventos fracos ou fortes” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 19). Esta atividade poderia ser feita tanto no rio quanto no mar;

6. *Windsurfe* – “Atividade praticada em ambientes aquáticos, também denominada prancha a vela, que se serve, basicamente, de técnicas do surfe e da vela” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 19)

7. *Stand up paddle* – É o surf de pé em uma prancha com um remo, uma atividade que tem crescido nos últimos tempos, que poderia servir como mais uma atividade para a contemplação do local.

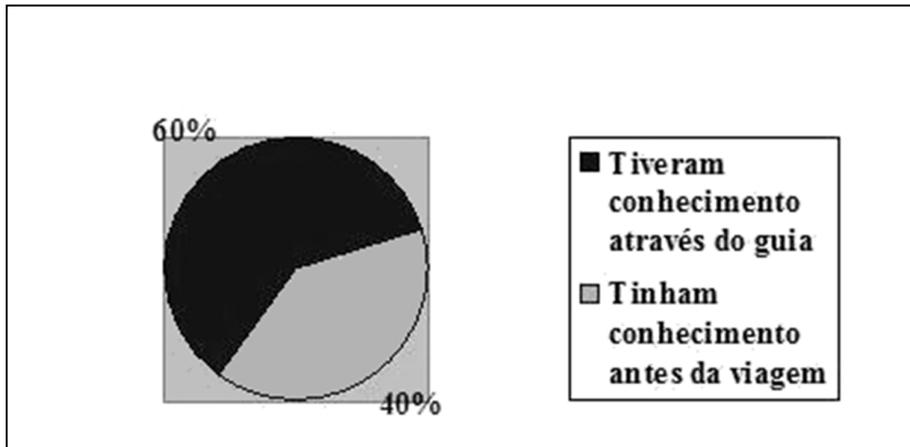
8. *Surf* – Uma das atividades mais conhecidas, que pode ser praticada no mar, na Zona de Turismo Ecológico.

6.1 Análise e discussão dos dados a partir da entrevista

Foram entrevistados 10 turistas nacionais e internacionais, os quais contribuíram respondendo às questões propostas por esta pesquisa.

6.2. Conhecimento sobre a localidade ser uma área de proteção ambiental

Gráfico 1 – Conhecimento sobre área proteção ambiental

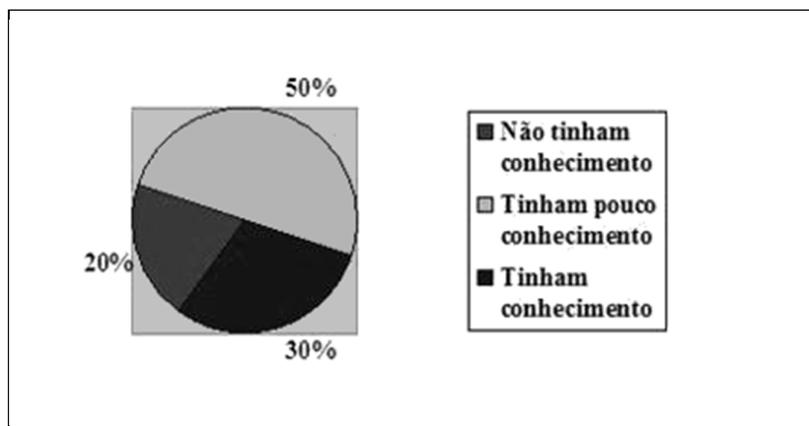


Fonte: Elaboração própria

Como pode ser observado no gráfico acima 60% dos entrevistados apenas tiveram conhecimento de que a localidade faz parte de uma área de proteção ambiental através do guia. E 40% dos entrevistados já obtinham esse conhecimento antes da viagem.

6.3. Conhecimento sobre ecoturismo

Gráfico 2 – Conhecimento sobre ecoturismo

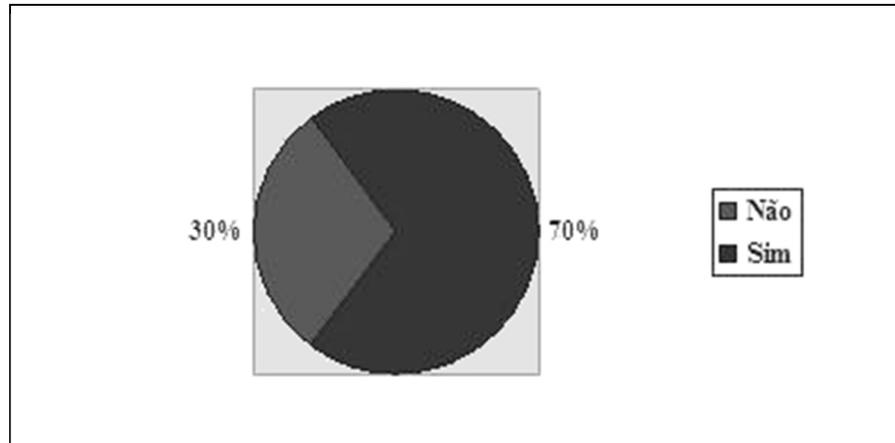


Fonte: Elaboração própria

Como pode ser observado no gráfico acima 50% dos entrevistados tinham pouco conhecimento sobre o ecoturismo, 30% tinham conhecimento sobre o assunto e 20% não tinham conhecimento algum.

6.4 Busca do turismo sustentável

Gráfico 3 – Busca do turismo sustentável

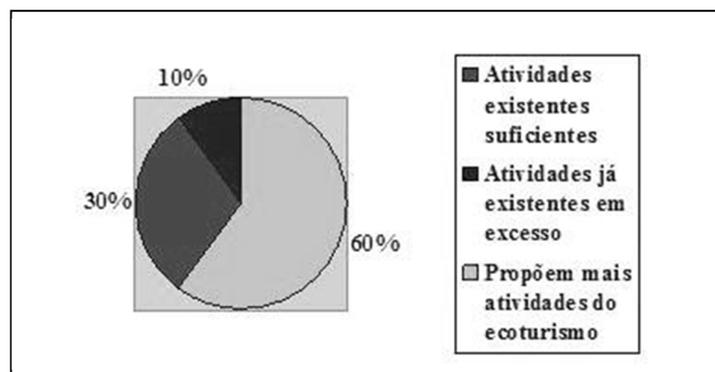


Fonte: Elaboração própria

Como pode ser observado no gráfico acima 70% dos entrevistados buscava um turismo sustentável em suas viagens, enquanto 30% não se preocupavam em buscar um turismo sustentável.

6.5 Interesse na implantação de atividades do ecoturismo

Gráfico 4 – Inserção de atividades do ecoturismo na Zona de Turismo Ecológico



Fonte: Elaboração própria

As respostas ficaram divididas entre os que disseram ser suficiente do modo que está, ou seja, sem atividades além do comércio já existente; os que disseram ter atividades demais na região, reprovando ainda a atividade de quadriciclo já existente no local (que vai contra o plano de manejo); e os que acreditam que atividades que os ajudassem a chegar mais perto do encontro do rio com o mar (no fim da extensão da Zona de Turismo Ecológico) seriam bem-vindas desde que não degradassem a natureza.

Portanto, acredita-se que principalmente as atividades como canoagem, *kayaking*, *stand up paddle* e caminhada visando à contemplação do ambiente natural seriam bem aceitas pelos turistas pelo fato de proporcionar a eles a paisagem deste encontro entre rio e mar; o que, atualmente, a maioria dos passeios turísticos feitos pelas agências da região não oferecem, segundo os próprios turistas.

7 CONCLUSÃO

No artigo apresentado procuramos compreender os conceitos de ecoturismo e turismo sustentável, também como segmento e suas atividades visando avaliar as possibilidades de implantação destas atividades na Zona de Turismo Ecológico da APA de Piaçabuçu.

Na pesquisa de campo foi constatado que há inúmeras atividades que podem ser exploradas na região visando um aproveitamento dos atrativos naturais, levando em conta a filosofia do ecoturismo; para que não haja degradação do ambiente natural e que se busque um turismo sustentável. Foi constatado, também, que a falta de informações sobre o ecoturismo, turismo sustentável e sobre a Área de Proteção Ambiental (APA) pode produzir um efeito negativo sobre essa área, assim como a falta de fiscalização constante dos órgãos responsáveis pela mesma, deixando a área em pleno estado de abandono e à mercê de “aproveitadores da situação” que usam de quaisquer artifícios para obtenção de lucros em pró deles mesmos, sem pensar na preservação do produto natural para as gerações futuras e a preservação de toda biodiversidade existente, causando assim sua degradação.

Portanto, percebe-se que a área da Zona de Turismo Ecológico da APA de Piaçabuçu é propícia para o desenvolvimento de todas as atividades citadas no artigo que estão de acordo com o Plano de Manejo desenvolvido para essa área,

sendo feitas na perspectiva do Ecoturismo e do Turismo sustentável. Porém, é importante mencionar que, na área supracitada, estão sendo desenvolvidas atividades ilegais que vão contra o Plano de Manejo, comprometendo, assim, a conservação da biodiversidade local. Além do que, há de se atentar para a poluição que vem ocorrendo na área, pois esta também deteriora o local. Estas atividades prejudiciais à localidade tendem a, não só degradar o meio ambiente, mas também afetar àqueles que procuram desenvolver atividades que vão de acordo com as normas regidas pelo Plano de Manejo e com o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

CANDIOTTO, L. **Considerações Sobre o Conceito de Turismo Sustentável**. [S. l.]. Revista Formação, v. 1, n.16, p. 48-59. [2013]. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/861/885>> Acesso em: nov. de 2014.

GONZÁLES REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. [tradução Marcel Aristides Ferrada Silva] – São Paulo: Thomson, 2005.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Plano de Manejo**: Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu. Brasília: 2010. Disponível em: <www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/apa_piacabucu.pdf>. Acessado em out. de 2014.

LAKATOS, E.M; MARCONI. M.A.**Fundamentos de Metodologia Científica**.7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Caminhos do Futuro: ecoturismo**. São Paulo: IPSIS. 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo**: orientações básicas. 2ª ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de Aventura**: orientações básicas. 3ª ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Programa de Regionalização do Turismo** – Roteiros do Brasil. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: out. de 2014.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**. 2ª ed. São Paulo: Aleph. 2000, Capítulo 30.